

Caminhos do desenvolvimento no Brasil: análise e perspectiva

1 – Introdução

O Brasil constitui um exemplo de um país que conseguiu modernizar sua indústria, mas a grande maioria da população não tem acesso aos benefícios gerados por ela. Isso porque, a renda continua concentrada em uma pequena minoria, persistindo uma grande desigualdade social. O endividamento externo, uma dívida social considerável e a cópia de padrão de consumo de países desenvolvidos são realidades no contexto da sociedade brasileira.

Durante todo esse tempo vem o país buscando um modelo de desenvolvimento que traduza de forma consistente o bem estar dos brasileiros, com a qualidade de vida própria de um país desenvolvido. O Brasil sempre se apresentou como um país abundante em recursos naturais, e nessa perspectiva, quando da Divisão Internacional do Trabalho, dada às vantagens comparativas exportava suas matérias-primas para os países centrais, no que configurou o modelo primário-exportador.

Quando aquele modelo encontrou seu esgotamento, devido às sucessivas crises econômicas, encarecendo as importações e diminuindo as exportações, os demais países da América Latina, e o Brasil um pouco mais tarde, adere ao modelo de substituição de importações. Tal modelo implicava em atender a demanda interna com as capacidades já instaladas, onde a indústria substitutiva de importações ganhou espaço em relação à indústria exportadora.

Outro modelo que buscou um ajuste no contexto do desenvolvimento foi o do Estado Ajustador, em que este passou a subsidiar o processo de desenvolvimento, entretanto, numa perspectiva mais de tentar ajustar-se aos padrões e encaminhamento de agências como Banco mundial entre outros. Neste modelo o estado surge de forma democrática, desfazendo-se do autoritarismo do modelo anterior, dado essas novas direções e de variáveis como a globalização e regionalização, exigindo posturas mais de negociação do que de confronto.

Destes contextos, o estudo objetiva analisar o processo de desenvolvimento no Brasil considerando os modelos de desenvolvimento existentes. Assim, partindo-se do pressuposto que o país sempre foi regido por políticas públicas que em suas premissas deveriam ter conduzido o país para o desenvolvimento, se pretende compreender as seguintes questões: Mas por que isso não ocorreu até o momento? Que variáveis interferiam nesta situação? Que modelos foram adotadas e por que não tiveram

resultados efetivos? O trabalho é uma pesquisa qualitativa e descritiva, onde se partindo de modelos teóricos de desenvolvimento busca-se analisar cada modelo considerando os caminhos adotados pelo Brasil. Ao analisar estas questões pretende-se entender que modelos foram adotados e que variáveis, efetivamente, interferiram no processo de subdesenvolvimento do país.

2 – Conceito de Desenvolvimento

Desenvolvimento tem sido o centro de muitos estudos em várias áreas do conhecimento humano, na esperança de encontrar uma solução aos problemas que aflige a humanidade. A fome, as imigrações, a educação, a poluição ambiental e tantos outros dilemas que padece a sociedade desde tempo remoto e reflete no quanto um país é ou não desenvolvido. Muitos apontam que não existe uma definição clara de desenvolvimento, pois que há muitas variáveis que implicam neste desenvolvimento, talvez existam alguns países bem posicionados em relação a algumas variáveis e isso dá a estes um patamar mais elevado, mas há outros pontos a considerar que imprime uma sensação de uma meta inatingível. Segundo Celario e Munain et al (2006) aponta que o conceito de desenvolvimento tem sido tema de vários debates com propostas bem variadas, não tendo uma definição única e fechada. Mas há os que também buscam uma definição para desenvolvimento e conforme Breton, García & Roca (2008:01) “é o processo constituído por atividades que levam a uma utilização, o melhoramento ou a conservação de bens e serviços naturais ou econômicos, com o objetivo de manter ou melhorar a qualidade de vida humana [...]”. Para Ray esta questão não é fácil e coloca que:

(...)Cuando hablamos de una sociedad desarrollada, pensamos en una sociedad en la que la población está bien alimentada y bien vestida, tiene acceso a toda una variedad de productos, puede permitirse el lujo de disfrutar de algún ocio y entretenimiento y vive en un entorno saludable. Pensamos en una sociedad en la que no existe la discriminación violenta, en la que hay un nivel tolerable de igualdad y en la que los enfermos reciben la debida asistencia médica y la gente no tiene que dormir en la calle. En suma, la mayoría de nosotros aceptaríamos que una condición *mínima* que debe cumplir un país para ser "desarrollado" es que la calidad *física* de vida sea alta y lo sea de una manera uniforme, no que sólo beneficie a una minoría opulenta. (1998:5-6)

Além da variável econômica, outros fatores foram sendo acrescentados para conceituar o desenvolvimento, como o índice de desenvolvimento humano, a questão

ecológica entre outras que influencia nesse conceito de desenvolvimento. Talvez a linha que delimita o desenvolvimento e subdesenvolvimento seja tênue, pois podemos considerar o efeito da globalização como um fator que tanto pode elevar como diminuir essa escala de valor. Mas há diferenças perceptíveis, como a justiça social, a igualdade na distribuição de renda que levaria ao desenvolvimento, ao menos a uma sensação de equidade.

Quando nos remetemos às diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos outros aspectos devem ser considerados e nota-se que, entre outros aspectos, os países em vias de desenvolvimento são importadores de produtos manufaturados e exportadores de matéria – prima para os considerados desenvolvidos. Em conjunto, a renda está distribuída de uma maneira desigual nos países em vias de desenvolvimento que os desenvolvidos, o qual induz a pensar que os pobres dos países em vias de desenvolvimento padecem por duas vezes: por uma má distribuição entre países e por uma má distribuição dentro dos países (Ray, 1998). Esses aspectos descritos pelo autor sejam bons preditores quando se avalia o quanto está desenvolvido um país.

O que se percebe é que o conceito de desenvolvimento foi tendo ênfases diversas com a passar do tempo, acrescido sempre de concepções novas que ampliaram essa definição e outras variáveis que eram inseridas na análise dos estudiosos do tema. Ainda segundo Celario e Munain et al (2006: 77):

De manera resumida, el debate sobre el desarrollo se centra en responder a dos preguntas: cuál es el desarrollo deseable, o, qué establecemos como prioridades; y, cuál es el desarrollo posible, o, cuáles de esas prioridades son alcanzables. A ambas cuestiones ha querido dar respuesta la economía del desarrollo en la segunda mitad del siglo XX, con un acierto un tanto cuestionable para el conjunto de la humanidad si se miran los resultados. Por eso no resulta extraño que la pregunta sobre el desarrollo haya vuelto a emerger y que inquiete de manera especial, al comprobar que las respuestas dadas se han mostrado claramente insuficientes.

O que se percebe é que o desenvolvimento necessita ser planejado pelo país e definidos por meio de metas alcançáveis. Assim, o desenvolvimento é uma forma de planejamento que imprime um tempo futuro, com metas a serem definidas e alcançadas. Neste planejamento devem ser consideradas variáveis que traduzam uma melhoria de qualidade de vida para a sociedade, devendo ser descritas qualitativamente e quantitativamente. Mas apenas isso irá permitir que um país alcance o

desenvolvimento? Para Furtado (1987:170) “el subdesarrollo es un proceso histórico autónomo y no una etapa por la deban haber pasado, necesariamente, las economías que ya alcanzaron un grado superior de desarrollo”. Da afirmativa de Furtado podemos crê que outros fatores historicamente têm refletido sobre o desenvolvimento dos países, fatores muitas vezes externos que implicaram neste mapa do desenvolvimento que, atualmente, temos conhecimento.

1.2 – Modelos de desenvolvimento

A evolução do estudo da temática sobre o desenvolvimento conforme Keith Griffin durante as últimas quatro décadas basicamente pode ser dividido em três fases:

1. Fase Primera: El Mundo Feliz de la Alta Teorización (final de la II Guerra Mundial; nacimiento de la ONU y de la cooperación para el desarrollo).
2. Fase Segunda: La Edad Dorada de la Expansión mundial (crecimiento de los países capitalistas industrializados; fuerte integración de la economía internacional y explosión del comercio mundial).
3. Fase Tercera: El Brusco Despertar (aumento del subdesarrollo; crisis de la deuda exterior; recesión generalizada y retroceso del comercio mundial) (citado por Herrero, 2001: 67).

Herrero (2001:67) aponta que cada uma dessas três fases teve variadas idéias, teorias, ações políticas e modelos próprios. Assim, figura que os modelos de desenvolvimento estão como que se sobrepondo ao longo do tempo, percebe-se que em momentos existiram modelos, em vigor que, permitem explicarem facetas do desenvolvimento no mundo. Podemos perceber que os diversos modelos podem estar ainda vigentes, na atual conjuntura. Assim, como descrito por John Mckay, os modelos geralmente, reconhecidos são:

- a) Modernización (entre 1945 y mediados de los setenta). Desarrollo y Crecimiento se consideran idénticos; evolución social por medio de la ciencia y la tecnología; convergencia de la sociedades en la modernidad.
- b) Teoría de la Dependencia (mediados de los sesenta). Sistemática explotación del Tercer Mundo; subdesarrollo dependiente; superación del vínculo con el sistema mundial.
- c) Necesidades Básicas (principios de los setenta). Reacción al predominio de los valores económicos; prioridad en las necesidades básicas de la vida (salud, alimentación, vivienda, educación).

d) Ajuste Estructural (crisis de los setenta). Vuelta a las consideraciones económicas; reestructuración de las economías con medidas liberales (experiencia de los países de reciente industrialización, NICS); disminución de la intervención gubernamental en la gestión económica en favor del mercado.

e) *Internacionalización del Capital* (años setenta y ochenta). Internacionalización de la producción; Nueva División Internacional del Trabajo; expansión del sistema financiero internacional; influencia de las empresas transnacionales en el capitalismo postindustrial) (op. cit p. 67).

Todos os modelos foram sendo adotados pelos países e em determinados períodos alguns estiveram vigentes em alguns países, quando já não estavam em outros. Portanto, as datas descritas são aproximações. É possível identificar modelos bem anteriores em alguns países mais dependentes.

3 - Modelos de Desenvolvimento no Brasil

Nos estudos realizados por diversos autores como Furtado, Pinheiro entre outros nos permite identificar alguns modelos desenvolvimento que foram adotados pelo Brasil.

3.1 – Modelo Primário-Exportador

Após a segunda guerra mundial, houve uma nova divisão internacional do trabalho, onde alguns países tiveram que arcar um pesado fardo para que outros países alcançassem o desenvolvimento. Deste contexto histórico Castilho descreve:

Em el mercado primário-exportador se pueden apreciar dos tipos de economías agrária de subsistência y la própria economía primaria. El mercado primário-exportador se debe encuadrar em un marco histórico. Los principales países industrializados del siglo XIX, establecieron un modelo básico de producción y, con ello, una Nueva División del Trabajo Internacional. Así, se introdujo un modelo de especialización productiva primaria en los países periféricos y un modelo de especialización manufacturera en el centro (2000, p.5).

Configura desde então, uma clara divisão no nível de poder econômico a favor dos principais países industrializados da época, pois os produtos manufaturados possuem um maior valor agregado e, portanto, os países periféricos não tinham tecnologia para competir com os países industrializados. Conforme Pinheiro (2008: 67) neste modelo primário-exportador:

(...) a inserção da economia latinoamericana no sistema global de comércio ocorreu mediante uma clara divisão internacional do trabalho. Em um primeiro momento, aos países da região coube o

papel de fornecimento de matérias-primas, riquezas minerais e alimentos para o fortalecimento dos Estados nacionais europeus e a expansão do mercantilismo.

Quando relacionamos tal modelo com o que aconteceu com o Brasil, vemos que coube a este, juntamente, com os demais países latinos americanos dar suporte a este modelo, especializando-se na exportação de matérias-primas e riquezas minerais. Neste contexto, exportavam matérias-primas para esses países e importavam produtos manufaturados, cujo valor era bem mais alto, pois tais produtos têm um valor agregado maior que as matérias-primas. A balança comercial foi em favor dos países industrializados, ficando os países exportadores de matéria-prima em desvantagem, pois não detinham condições competitivas e nem tecnologia que permitisse uma industrialização em curto prazo e se especializaram na exportação daqueles produtos de baixo valor agregado para ter espaço no comércio internacional. De fato, se especializaram naquela área que mais possuíam em abundância, que eram seus recursos naturais.

O Brasil importava os produtos manufaturados, cujos preços eram bem mais alto e repercutiam na economia brasileira. Internamente, conforme atesta Para Pinheiro:

A natureza monocultora ou monoextrativista e latifundiária do sistema primário-exportador é concentradora de poder econômico e de poder político. Cria-se uma oligarquia nacional responsável pelo controle do sistema de produção, sendo a comercialização dos produtos e a distribuição da riqueza gerada de forma dependente das orientações da metrópole. Essas mesmas oligarquias constituem o poder político local. À medida que se consolidam os processos de independência, as elites locais ganham mais espaço no controle do sistema econômico, influenciando a política econômica de acordo com seus interesses, que passam a ser chamados de nacionais (1995, 68)

O resultado é que, no Brasil, o poder político dos cafeicultores, agroexportadores de café, cientes do poder que detinham “influenciavam a política econômica estatal para patrocinar seu produto no mercado exterior via instrumentos de desvalorização cambial, abertura de linhas de crédito e formação de estoques para controlar a oferta de café”(op. cit.: 69). Todo um sistema político e social foi criado para dar suporte aos interesses de uma minoria e aos interesses internacionais, restando a maioria da população apenas sobreviver e sofrer as conseqüências de tais decisões políticas. Devido a diversos fatores esse modelo encontrou seu esgotamento, dando lugar a um outro modelo denominado modelo de substituições de exportação.

3.2 Modelo de Substituição de Importações

O modelo primário-exportador tornou-se inviável e encontra seu esgotamento, conforme Pinheiro (1995:70) “condicionado por sucessivas crises econômicas e guerras mundiais, e por modificações na estrutura produtiva interna dos países da região (...) repercutiram no continente por meio do encarecimento das importações e da diminuição do valor e quantidade das exportações (...)”. Ao mesmo tempo ocorre à proliferação dos núcleos urbanos, fato observado por Ianni quando analisa a natureza das contradições da segunda metade do século XIX no Brasil:

(...) assinalando os pólos de tensão entre liberdade *versus* escravidão, mercadoria *versus* escravo, indústria *versus* agricultura e protecionismo *versus* livrecambismo. A cultura urbana caracterizava-se por um caráter protecionista subjacente à indústria nascente, além de ser o centro de disseminação do abolicionismo, pois o trabalho assalariado dinamizaria o mercado interno (1987:13-50 citado por Pinheiro, 1995:70).

No Brasil, neste período, havia uma clara divisão de forças. Urbano com idéias libertadoras de caráter protecionista a indústria nascente, defendendo a abolição da escravatura, pois que geraria forças de trabalho assalariadas para as indústrias, dinamizando o comércio. Por outro lado, o rural representado pelo poder político dos cafeicultores que utilizavam da mão-de-obra escrava para dar sustentação ao seu comércio de exportação. Um dualismo de forças, configurando um novo cenário neste modelo substituição de exportações.

Neste novo modelo o que se procurava era estimular a produção nacional, devido aos fatores como a dificuldade de importar, a recessão mundial e demanda interna crescente. Pinheiro (1995:71) observa que, neste modelo:

(...) utilizando a capacidade anteriormente instalada, passou a satisfazer a demanda interna não afetada pela crise. Dessa forma, a indústria substitutiva de importações ganhou espaço em relação à atividade exportadora, e as variáveis dinâmicas da economia passam a ser endógenas, com o crescimento voltado para o mercado interno.

Dessa forma, ganhou espaço o modelo de substituição de importações objetivando também atender a demanda interna. Ou seja, os países latinos americanos buscam a industrialização, que comparada com os demais países industrializados, além de considerado por muitos autores, como tardia. Na ânsia por tornarem-se

industrializados, os países recorreram à importação de tecnologia, e novamente, essa transferência de tecnologia custa caro. Um preço bastante alto para promover essa capacidade tecnológica que deveria ter sido, persistentemente, desejada bem antes.

Para dar sustentação ao modelo, conforme Pinheiro (1995:72):

O Estado assume as rédeas do processo de desenvolvimento interno, protegendo a atividade econômica nacional, promovendo a acumulação inicial de capital, fornecendo a infra-estrutura e planejando o modelo substitutivo. Surge o *Estado desenvolvimentista* trazendo consigo o centralismo, o autoritarismo, o nacionalismo e o populismo. Tal movimento apresenta como casos paradigmáticos os governos de Vargas no Brasil, de Perón na Argentina e, em alguma escala, de Cárdenas no México.

Mas, *ibid.*, p. 72, “no Brasil, o desenvolvimentismo, o centralismo e o autoritarismo surgem como um fenômeno conjugado de repressão às forças desarticuladoras regionais e de desencanto com a democracia representativa e o mercado”. Este período representa um momento de muito conflito, mas também de muitas conquistas para a população brasileira.

3.3 Modelo Ajustador

O modelo de substituição de importações trouxe consigo vários outros fatores como autoritarismo, o centralismo do estado, que no papel de mero estimulador do desenvolvimento, passou a delimitar as regras e estabelecer os rumos do desenvolvimento do país. Na década de 90 o Brasil buscou realizar os ajustes no processo de desenvolvimento.

O processo de ajuste estrutural traz consigo dois condicionantes, um de ordem interna e outro de ordem externa. Para Pinheiro (1995:76-77):

No plano interno, o novo modelo recebe a tarefa de administração do legado deixado pelo modelo anterior. A substituição de importações criou uma estrutura produtiva interna oligopolizada e não-competitiva. Herdou uma elevada dívida externa e interna, alto desemprego combinado com estagnação da produção e um processo inflacionário crônico.

Do ponto de vista social, ocorreu o aumento da pobreza e o acirramento da concentração de renda. A crise do modelo substitutivo concentrou-se sobre o Estado, incapaz de transferir ao setor empresarial o ônus do ajuste.

O que foi denominado no caso do Brasil de crise de governabilidade¹, decorrente da absorção pelo Estado de todas as responsabilidades no modelo anterior, em detrimento de um poder político autoritário e centralizador. Ao mesmo tempo não permitiu os avanços necessários para os ajustes requeridos na nova conjuntura econômica internacional vigente na época. Por outro lado, No mundo começaram a acontecer mudanças que como mostra Pinheiro (1995:77) externamente:

(...) no transcorrer da década de 80 e começo dos anos 90, uma série de mudanças acontecem no cenário internacional, em função do colapso da ordem bipolar marcada pela disputa Leste-Oeste e das transformações na base produtiva e nos fluxos econômicos mundiais. Redefine-se a divisão do poder econômico mundial, com a preponderância dos blocos continentais — Europa, América do Norte e Sudeste Asiático. Tal dinâmica da economia mundial sugere a ocorrência paralela dos fenômenos da *globalização* e da *regionalização*.

O estado desenvolvimentista cede lugar a um estado ajustador, pois o cenário aponta para um alinhamento das políticas internas com a conjuntura internacional, o capital financeiro internacional apresenta-se volátil e facilmente vulneráveis a instabilidade econômica macroeconômica vigente no local de aplicação. Há necessidade de que o estado faça os ajustes necessários para que o país esteja apto ao o modelo desenvolvimentista nascente.

Neste âmbito surge o Estado capaz², um estado legitimado que pudesse resgatar as dívidas sociais e econômicas do modelo anterior, direcionando o país para o tal novo modelo desenvolvimentista. Surgem as agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e instituições de pesquisa e apoio técnico, como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL que ressaltaram alguns enfoques que devem ter as políticas econômicas para promover o novo modelo. Dentre vários ajustes está o de focalizar as políticas públicas para os mais carentes, o que leva para ampliação do mercado consumidor para as empresas transnacionais. De acordo com Pinheiro (1995:82):

A lógica de decisão sobre a alocação dos recursos deixa, portanto, de ser centralizada, baseada em um Estado munido de um corpo burocrático racional-legal, e passa a operar segundo a lógica dos

¹ Segundo Fiori (1994:41, citado por Pinheiro, 1995:78) corresponde ao “esgotamento da coalizão autoritária (...) não logrou produzir nem uma pactuação social, nem um comando nítido que conseguisse deter o avanço da ingovernabilidade(...)”.

² Sugere Pzeworski o “é aquele que reúne as condições de governabilidade para promover os ajustes requeridos na estrutura produtiva, redirecionando a economia para um novo modelo de desenvolvimento” (Pzeworski, Bresser e Maravall,1993, citado por Pinheiro, 1995:80).

projetos e convênios. Com isso, busca-se a participação de outros atores, como ONGs, instituições de pesquisa e universidades, competindo na formulação de alternativas para os problemas sociais.

A partir daí há o surgimento de vários projetos governamentais e não governamentais de combate à fome e pobreza. O papel de Organizações Não Governamentais – ONGs em muito tem contribuído para o resgate da dívida social existente no país.

Neste novo modelo, o estado deve preservar a imagem do país para a comunidade internacional, pois isso implica em perda de investimento do capital externo, das empresas transnacionais. Como bem descreve Pinheiro (1995:84):

Do ponto de vista econômico, a deterioração e o rompimento do tecido social repercutem sobre a imagem externa dos países latinoamericanos, condicionando a fuga dos capitais financeiros especulativos internacionais, base do equilíbrio do balanço de pagamentos e das experiências de ajustamento. A liberalização comercial ocorre mediante um grande aumento de importações que não tem contrapartida no lado das exportações, provocando crônicos déficits na balança comercial, agravados mais ainda pela sobrevalorização cambial. Estes déficits são financiados por uma política de elevação da taxa de juros para a atração dos capitais especulativos internacionais de curto prazo, para equilibrar o balanço de pagamentos.

O país deve estar condicionado novamente a agentes externos que exigem deles uma imagem positiva para poder investir no mercado interno, influenciando no desenvolvimento. Mas ao nível local o que a população estava desejando, realmente? Como resolver os impasses resultantes do modelo anterior?

No Brasil, direcionaram-se as políticas de resgate aos mais necessitados que estando em um nível de pobreza crítico, gerou bolsões de misérias e a proliferação de favelas em todo país, provocadas também pela imigração interna provindas das regiões pobres. Tais ambientes não possuem o mínimo de infra-estrutura, condições precárias de sobrevivência e toda uma conjuntura social e humana de difícil resgate, pelo menos em curto prazo.

3.4 Perspectiva de um novo modelo

O país busca por um novo modelo de desenvolvimento que traduza, de forma consistente, todas as variáveis e condicionantes de um país formado por profundas

desigualdades, geográficas, econômicas, social, culturas, étnicas, ou seja, um país plural, que assim, possa auxiliar para os tomadores de decisões. Tal como coloca Bresser-Pereira (2002) se o nosso economista maior, Celso Furtado, há tempo busca um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil e ainda não encontrou é porque certamente que o processo requer muito estudo e esforço conjunto de várias pessoas como ele e também de organismo nacionais aptos para tal fim.

Neste estudo, não nos propusemos a tal finalidade, mas apenas buscar compreender um pouco o panorama brasileiro frente à questão do desenvolvimento. Entretanto, vamos deixar algumas reflexões advindas de estudos do próprio Celso Furtado e de outros que procuram ajustes no caminho do desenvolvimento do país.

Conforme Furtado (citado por Bresser-Pereira, 2002: 157), os países periféricos, como o Brasil “continuam com a tendência: 1) propensão ao endividamento externo e 2) a propensão à concentração de renda”. Tais situações, segundo o citado autor são derivadas do alto consumo da elite brasileira, buscando o padrão de consumo de países desenvolvidos. Enfatiza que:

É certo que a causa imediata da crise que acabrunha o país foi o forte desequilíbrio da balança de pagamentos para o qual concorreram fatores de origem interna e externa. Mas, que se esperar de um processo de crescimento que derivava seu dinamismo da reprodução indiscriminada de padrões de consumo de sociedade que já alcançaram níveis de produtividade e bem-estar muitas vezes superiores aos nossos? Como não perceber que os elevados padrões de consumo de nossa chamada classe média têm como contrapartida a esterilização de parte substancial da poupança e aumenta a dependência externa do esforço de investimento? As tensões que daí resultam na origem das pressões inflacionárias incontroláveis (Furtado, 2000:4).

Em suas afirmações, Furtado (2000) alerta o estado para que as formulações das políticas não devam estar vinculadas às imposições das empresas transnacionais, além disso, devendo buscar uma homogeneização de nossa sociedade e fortalecimento/potencialização de uma cultura nacional.

Outro fator preponderante, nesta conjuntura, é a globalização. Um fenômeno que reflete na dinâmica de todos os países, devendo ser analisado com cautela e verificado seus efeitos internamente, pois podem interferir na forma como deve ser planejada e conduzida as políticas públicas. Assim, reflete Furtado:

(...) Se adotamos a tese de que a globalização constitui um imperativo tecnológico inescapável, que levará todas as economias a um processo de unificação de decisões estratégicas, teremos de admitir que seja reduzido o espaço de manobra que nos resta. O Brasil é um

país marcado por profundas disparidades sociais superpostas a desigualdades regionais de níveis de desenvolvimento, portanto frágil em um mundo dominado por empresas transnacionais que tiram partido dessas desigualdades (op. cit.:7)

Territorialmente, o Brasil é um país de grandes dimensões, isso gera também grandes disparidades regionais, onde podemos encontrar regiões ricas e também regiões pobres, justapostas. Este panorama reflete, exatamente, as políticas sociais elitista do modelo primário-exportador e do modelo de substituição de importações e que perpetua até então. As elites das regiões exportadoras e ricas com o poder político que detinham, trazia todos os benefícios para essas regiões, ficando as demais sem apoio do estado, também elitista. Essas decisões pontuais acabam por refletir no contexto geral de um país.

Furtado deixa claro em suas afirmações a necessidade do Brasil encontrar seu caminho na direção de uma identidade nacional própria, pois que o país tem condições de crescimento, enfatizando que:

(...) Como as possibilidades de crescimento do mercado interno são grandes, há espaço para uma colaboração positiva da tecnologia controlada por grupos estrangeiros. Numa palavra, podemos afirmar que o Brasil só sobreviverá como nação se transformar-se numa sociedade mais justa e preservar sua independência política. Assim, o sonho de construir um país capaz de influir no destino da humanidade não terá desvanecido (op. cit.:7).

Justiça social, redistribuição de renda, independência política, eis o que nos deixa claro como proposta para um novo modelo para o país. Há urgência de um estado capaz de, realmente, promover no país as reformas necessárias para fazer valer e resgatar um projeto de nação que almejam todos os brasileiros.

4 Conclusões

Os fatores que levam um país ao subdesenvolvimento têm raízes históricas e no caso do Brasil, não é diferente. Apesar de apresentar uma indústria moderna, recursos naturais e condições geográficas de tornar-se um país desenvolvido, o fato é que condicionantes históricos de dependência imprimem ao país a situação de subdesenvolvimento. Ao longo do tempo, na escala do desenvolvimento, pode-se notar que os países latinos americanos e, inclusive, o Brasil, experimentou o modelo

primário-exportador, modelo de substituição de exportação e o modelo do Estado ajustador.

No modelo primário-exportador, coube ao país, conforme suas vantagens comparativas, se especializar na exportação de matérias-primas para os países centrais. Esse modelo traz consigo a desvantagem de exportar matéria-prima e importar produtos manufaturado dos países centrais. Comercialmente, implicava pagar mais para adquirir esses produtos manufaturados, pois que este devido ao processo industrial tem um valor agregado superior. Por outro lado, esse modelo também foi sustentado, internamente, pelo poder político de uma elite de cafeicultores, agroexportadores, beneficiados pelo modelo, defendendo seus próprios interesses.

Quando este modelo encontrou seu esgotamento, devido às sucessivas crises econômicas, encarecendo as importações e diminuindo as exportações, os demais países da América Latina, e o Brasil um pouco mais tarde, adere ao modelo de substituição de importações. Tal modelo implicava em atender a demanda interna com as capacidades já instaladas, onde a indústria substitutiva de importações ganhou espaço em relação à indústria exportadora. Mas, tal modelo também encontrou seu esgotamento, internamente gerado pela crise de governabilidade ocorrida no país. Essa crise foi consequência do abuso de poder e autoritarismo do estado. Portanto, havia necessidade de um novo modelo que pudesse fazer um resgate das dívidas interna e externa do modelo anterior, surgindo o estado ajustador.

O tipo de modelo necessitava de um estado capaz, aquele que pudesse resgatar as dívidas do anterior e levar o país ao novo modelo de desenvolvimento. Tal modelo buscou políticas compensatórias, de um lado para manter o regime vigente e do outro para atender as exigências internacionais. Políticas sociais baseadas nas diretrizes de órgãos como Banco Mundial e outros institutos nacionais, visando resgatar o tecido social, pois havia bolsões de pobreza e favelas em todo país, sem condições de dignidade e vivendo sem nenhuma infra-estrutura. Coube também as ONG's contribuir no resgate social, tomando uma parte da responsabilidade do estado.

Assim, as políticas sociais foram adotadas para dar suporte aos modelos e, se percebe que quando tal modelo não respondia, adequadamente, com as expectativas das elites, do estado e das exigências externas, muito esforço havia sido despendido para fazer valer o modelo vigente na época. Disso resulta que, o país, parece permanecer num ciclo interminável, sem chance de ejetar-se, vinculado a uma dependência secular, que parece refletir ao que Celso Furtado concluiu sobre o atraso brasileiro “não é uma

etapa do desenvolvimento, mas uma forma particular de crescimento econômico resultante de um processo de dependência na qual está envolvida uma armadilha o qual mantém o país preso ao próprio subdesenvolvimento” (citado por Bresser-Pereira, 2002:158).

Baseados nos caminhos e modelos adotados pelo Brasil até então não atendeu de forma consistente com as necessidades de um país plural. Parece que o Brasil necessita de um modelo próprio, endógeno, que represente o país com todas suas singularidades. Continuamos a ser um país dependente e conforme op cit (2002:158) “essa dependência se expressa na reprodução dos padrões de consumo do centro, e em duas conseqüências desse fato: a propensão ao endividamento externo e propensão a concentração de renda”. Pelos modelos adotados pelo Brasil, onde se constata que em todos, até o momento, sempre uma minoria teve acesso a tudo e a grande maioria vive em estado de pobreza, sem acesso a condição básica de sobrevivência. Temos uma indústria moderna, mas tecnologicamente dependente.

Muitas variáveis são consideradas nesta dinâmica, por certo é que o Brasil sempre esteve copiando modelos de outros países e implementando políticas para atender uma minoria da população. O estado esquece que só crescemos quando temos a capacidade de conhecimento de nossas limitações e possibilidades. É preciso conhecer profundamente o país, ver que todas as regiões apresentam suas particularidades e possibilidades e que são únicas. Desenvolver esses potenciais regionais e locais faz-se urgente, para que o país encontre seu verdadeiro caminho e modelo próprio de desenvolvimento, sem perder a perspectiva global nem o entorno no qual está inserido.

5 Referências Bibliográficas

Bresser-Pereira, L.C. (2002, outubro-dezembro). Em busca de novo modelo. *Revista de economia política*. 3 (88). 157-158. Acessado em 16 de fevereiro de 2008. <http://www.rep.org.br>

Bretón, V, Garcia, F & Roca, A.(2008). *El desarrollo como eje principal de un território basado em el documento: el desarrollo tiene limites*. Acessado em 6 de Janeiro de 2008. <http://quetzalutp.blogspot.es/11911290580>

Castillo, J. (2000). *Problemática del desarrollo en los países pobres:una aproximación teórica*. Alter mundo. Acessado em 16 de Janeiro de 2008. <http://www.geocities.com/Eureka/mine/7903>

- Celorio, G & Munain, A. L. (2006). *Diccionario de educación para el desarrollo*. Hegoa. Acessado: 12 de fevereiro de 2008. http://www.hwgoa.ehu.es/educacion/publicaciones_de_educacion_el_desarrollo.
- Furtado, C. (1987). *Teoria e política del desarrollo económico*. Madrid: siglo XXI editores.
- Furtado, C. (2000, outubro-dezembro). Reflexões sobre a crise brasileira. *Revista de economia política*. 4 (80). 4-7. Acessado em 13 de março de 2008. <http://www.rep.org.br>
- Herrero, L. M. J. (2001). *Desarrollo sostenible y economía ecológica: integración medio ambiente – desarrollo y economía-ecologia*. Madrid: Editorial síntesis.
- Pinheiro, V. C. (1995). Modelo de desenvolvimento de políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. *Revista IPEA*. Acessado em 16 de fevereiro de 2008. <http://www.ipea.gov.br>
- Ray, D. (1988). *Economia del desarrollo*. Barcelona: Antoni Bosch editor.